

Três cheias, um século

J. KELMAN

Anunciada criação do Instituto Rio Água, que terá a responsabilidade de combater as enchentes na cidade do Rio de Janeiro, pode mudar positivamente o cotidiano do carioca. Basta que, no controle de inundações, se repita a história de sucesso da Fundação Geo-Rio, também da Prefeitura, que vem desenvolvendo um trabalho sistemático e de boa qualidade para a contenção das encostas.

Espera-se que o novo instituto prepare um plano de macrodrenagem para a cidade, semelhante ao que a Serla (Governo estadual) fez para a Baixada Fluminense. Espera-se também a imediata implementação de diversas providências consensuais, a maioria delas já elencadas no livro "Tormentas cariocas", recentemente publicado pela Coppe-UFRJ. A comunidade técnica sabe o que tem que ser feito em diversos pontos críticos da cidade, sujeitos a frequentes inundações. Este é o caso, por exemplo, da inundação da Praça da Bandeira: existem pelo menos cinco alternativas para resolver o problema, debatidas no Clube de Engenharia, cerca de três anos atrás.

O Instituto Rio Água deverá ajudar a definir a fronteira entre a atuação estadual e a municipal no controle de enchentes. Segundo a Constituição, os rios são de domínio federal ou estadual. Nunca de domínio municipal. Por outro lado, como a Prefeitura possui capacidade técnica e financeira para tratar do problema de enchentes, é recomendável que se faça um convênio que permita a plena utilização destes recursos, deixando o Governo estadual livre para atuar em socorro a municípios menos poderosos e para fiscalizar o cumprimento do próprio convênio. A experiência mostra que a articulação

entre as duas esferas governamentais produz grande sinergia. Por exemplo, o Rio Jacaré foi objeto de obras feitas com financiamento do Banco Mundial, um trecho pelo Governo estadual e outro trecho pelo Governo municipal. Como resultado, nesta última enchente não se teve notícia de transbordamentos no Jacaré, ao contrário do que ocorreu no vizinho Rio Faria-Timbó, onde não foram feitas as obras necessárias.

Tradicionalmente, boas iniciativas governamentais dão poucos resultados por falta de continuidade administrativa. Este problema pode ser atenuado com o envolvimento comunitário no processo de planejamento. No caso de controle de enchente, convém criar um comitê de acompanhamento de elaboração do plano de macrodrenagem. O plano deverá produzir um elenco de obras de canalização e uma variedade de outras iniciativas, tais como:

a) criação de incentivos econômicos para a coleta de lixo em zonas de difícil acesso, principalmente favelas, e para a comercialização de embalagens plásticas usadas, que hoje vão parar nos rios; b) construção de parques recreativos e esportivos nas zonas de inundação; c) criação de reservatórios para amortecimento das cheias, causadas pela impermeabilização de terreno, em novos loteamentos; d) remanejamento, pelas concessionárias de serviço público, das dezenas de dutos que atrapalham o escoamento em galerias de drenagem.

É preciso que as expectativas não sejam exageradas. Não é possível, dentro dos limites da economicidade, livrar a cidade definitivamente das inundações. Mas é possível fazer com que elas ocorram raramente, digamos três ou quatro vezes em cada século. E não três ou quatro vezes em cada ano.

J. KELMAN é professor da Coppe-UFRJ.

E não
três ou
quatro
vezes em
cada ano
